



RETORNO SOCIAL DO INVESTIMENTO (SROI): METODOLOGIA QUE TRADUZ O IMPACTO SOCIAL PARA O INVESTIDOR

Marcos Kisil¹

Paula Maria Jancso Fabiani²

Avaliado pelo sistema *double blind review*.
Editor Científico: Maria Amélia Jundurian Corá

RESUMO:

Um tema crítico para o investidor social é compreender o impacto de seus investimentos. Este artigo apresenta e discute questões associadas à avaliação de projetos e programas sociais e à mensuração de seus impactos. O método Retorno Social do Investimento (SROI) é apresentado para ampliar a compreensão do tema e da metodologia que ganha progressivamente relevância para as organizações sociais e para os seus investidores no exterior, porém ainda não é suficientemente conhecida e praticada na comunidade acadêmica, setores sem fins lucrativos e privado brasileiros.

Palavras chave: *avaliação de impacto, ação social, desenvolvimento social, pesquisa social, projetos sociais, impacto social.*

ABSTRACT:

A critical issue for the social investor is to understand the impact of his investment. This article presents and discusses issues associated with the evaluation of social projects and programs and measurement of their impacts. The method Social Return on Investment (SROI) is introduced to amplify the understanding of the topic and the methodology. SROI gradually becomes relevant for social organizations and their investors abroad, but it is still little known and applied by the academy, non-profit sector and private Brazilian social investors.

¹Professor Titular da USP, Faculdade de Saúde Pública. Autor dos livros “Comunidade: Foco de Filantropia” e “Investimento Social Privado e Tendências do Investimento Social na América Latina”, é médico formado pela Faculdade de Medicina da USP, com doutorado em Administração pela George Washington University.

² Diretora-presidente do IDIS desde 2014. Autora do livro “Fundos Patrimoniais, Criação e Gestão no Brasil”, é economista formada pela FEA-USP, com MBA pela Stern School of Business – New York University, especialização em Endowment Asset Management na London Business School e Yale, e Gestão de Organizações do Terceiro Setor na FGV.

Keywords: *impact evaluation, social action, social development, social research, social Projects, social Impact.*

Considerações Iniciais

As organizações da sociedade civil (OSCs) desempenham um papel de grande relevância para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Hoje representam aproximadamente 290.000 organizações³, atuando nos mais diferentes setores como educação, saúde, direitos humanos, meio ambiente e oportunidades econômicas, entre outras. Sua crescente importância é acompanhada de uma maior demanda pela profissionalização de sua atuação social, seja ao nível da governança, gestão ou atuação técnica. Busca-se, assim, conduzir a ação social de maneira que atenda os pressupostos de eficiência, eficácia e efetividade para alcançar as mudanças ou transformações que almejam para a sociedade.

Neste processo de profissionalização estamos assistindo a uma crescente preocupação por melhor definir quais os impactos esperados por uma organização em sua atuação social. Em outras palavras, qual a sua teoria de mudança que necessita de planejamento estratégico, recursos, estrutura organizacional para produzir resultados que transformam de maneira sustentável a vida de pessoas, comunidades, e da sociedade. E, para acompanhar todo esse processo faz-se necessário o uso de instrumentos de avaliação que permitam melhorar as decisões que orientam o uso de recursos, os processos de trabalho, e, especialmente, o sucesso da teoria de mudança proposta.

Este artigo busca apresentar e discutir questões associadas à avaliação de projetos e programas sociais, realizados por organizações da sociedade civil e empresas sociais, e à mensuração do impacto de suas ações. Atenção é dada para a avaliação de retorno social sobre o investimento (SROI) como método avaliativo que ganha progressivamente relevância para as organizações e para os seus investidores.

Avaliação de Impacto

³ IBGE FASFIL

Recentemente no Brasil, a avaliação de impacto social ganhou força no cenário do investimento social privado. A realização de eventos sobre o tema, novas publicações e a incorporação da avaliação de impacto por parte de grandes fundações e institutos são evidências deste processo.⁴ As motivações para a adoção desta prática variam, mas em sua grande maioria investidores ou gestores buscam demonstrar de forma objetiva a evolução de programas e projetos, o aprendizado e o aperfeiçoamento, ou focam no aumento da eficácia dos investimentos na geração de impacto social.

As metodologias tradicionalmente usadas para avaliar projetos buscam comparar os custos com os objetivos procurados (benefícios ou impactos). A forma em que se medem os custos é sempre muito semelhante; o que varia é a forma de medir os benefícios.

Podem-se distinguir três metodologias de avaliação que se baseiam nos custos financeiros, cujas principais características se apresentam a seguir:

- a) **Análise Custo-Benefício (ACB)** : parte de um princípio muito simples que é o de comparar os custos com os benefícios econômicos do projeto. Se estes são maiores que os custos, existe uma primeira indicação de que o projeto teve sucesso. É requisito básico da ACB que os custos e benefícios do projeto sejam expressos em unidades monetárias, portanto, é uma metodologia adequada para a análise de projetos produtivos, uma vez que nestes tanto os custos como os benefícios são de tipo econômico. No caso dos projetos sociais, os benefícios dificilmente são expressos em unidades monetárias. Imputar valores a variáveis nutricionais, educacionais, de saúde, etc. implica em fixar um preço para questões subjetivas que envolvem a vida humana e costumam não ser monetizados.

- b) **Análise do Custo Mínimo (ACM)**: compara os custos monetários, com a possibilidade de alcançar eficientemente objetivos que não se podem expressar em dinheiro. A ACM deixa de lado a análise dos objetivos

⁴ Ex: publicações da Fundação ItaúSocial

(benefícios), assumindo que eles derivam de uma decisão pessoal do empreendedor social (exemplo, um programa de segurança alimentar), e se dedica a assegurar que eles sejam alcançados com custos mínimos. Ou seja, limita-se a garantir a eficiência, via minimização de custos, sem levar em conta a efetividade (impacto) do projeto.

- c) Análise Custo-Impacto (ACI): compara como a ACM, os custos (monetários) com a possibilidade de alcançar eficientemente os objetivos do projeto. A ACI, contudo, não se restringe a avaliar a eficiência de um projeto, mas também avalia seu impacto, determinando em que medida o projeto alcançará ou alcançou seus objetivos, que mudanças produzirá ou produziu na população-alvo e quais são seus efeitos secundários ou sua eficácia.

Medir os resultados e comunicá-los à sociedade é fundamental para a sustentabilidade do investimento social. Os recursos direcionados ao bem público devem demonstrar sua efetividade à sociedade justificando a existência e importância dos empreendedores e investidores sociais que geram impacto transformador e positivo na vida das pessoas.

Entretanto, muitas vezes as avaliações ou o monitoramento de projetos e programas foca em número de beneficiários ou outras métricas que não contam a história de mudança destes beneficiários, ou seja, o real impacto real gerado por uma intervenção na vida das pessoas. Números de beneficiários são importantes mas não demonstram o impacto social efetivo gerado por uma intervenção. Segundo Ricardo Paes de Barros e Lycia Lima *é possível que seja suficiente saber o grau de satisfação dos beneficiários com o programa de um modo geral. Porém, para os gestores e aqueles que financiam o programa, essa informação pode ser insuficiente*⁵ (Barros e Lima, 2012). Estas informações são importantes mas não permitem a análise se este projeto ou programa é a maneira mais efetiva de se buscar uma determinada transformação social, ou seja, se a unidade de impacto

⁵ Paes de Barros, R e Lima, L in Menezes, N. (org.) Avaliação econômica de projetos sociais. Fundação Itaú Social, São Paulo, 2012.

social por unidade de capital investido tem uma relação positiva e eficiente. A monetização do impacto socioambiental permite esta relativização.

SROI: metodologia que relativiza o investimento em relação aos impactos

O *Social Return of Investment (SROI)* ou Retorno Social sobre Investimento é uma metodologia que auxilia organizações a avaliar aspectos intangíveis de seus programas, isto é, aspectos que criam um valor que é real, mas que, por ser difícil de medir e tangibilizar, muitas vezes não são avaliados.

Esta ferramenta emerge no debate do investimento social na virada do século, mas apenas em 2007 ganhou evidência e entusiasmo global, quando o governo do Reino Unido investiu em um projeto para desenvolver as diretrizes e conceitos imprescindíveis para aplicação deste método. A ideia por trás desta iniciativa era fomentar o uso da ferramenta, considerada consistente e verificável, por negócios ou organizações sociais que buscam financiamento do governo e necessitam medir seu impacto social. A consolidação do *SROI* como método de avaliação de impacto proeminente no setor ocorreu em 2009 quando um consórcio liderado pela Social Value UK, anteriormente chamada de SROI Network⁶, publicou o guia para uso da metodologia. O guia é reconhecido pelo *Cabinet Office* (Gabinete do Governo) do Reino Unido⁷, que apoia sua utilização e disseminação no setor sem fins lucrativos. Mas o que faz do *SROI* uma ferramenta com tanto prestígio para ser usado pelo governo do Reino Unido? O *SROI* vai além da análise “custo-benefício” e de apenas uma comparação entre o valor do investimento *versus* o valor do impacto. O *SROI* se propõe a contabilizar os impactos considerados como relevantes pelos diferentes grupos de interesse (os “*stakeholders*”), sendo impacto aquilo que realmente traduz a mudança experimentada pelo beneficiário e que é considerada o foco principal da análise. Uma vez identificado o impacto, o método busca monetizá-lo para estimar o retorno sobre o capital investido de um determinado projeto ou programa.

Pode se dizer que o *SROI* busca ir além das avaliações de resultado que focam prioritariamente nas intervenções e atividades realizadas por um programa, mas que

⁶ <http://socialvalueuk.org/>

⁷ <https://www.gov.uk/government/organisations/cabinet-office>

nem sempre capturam as transformações mais relevantes que impactam os beneficiários. A importância do *SROI* está justamente em medir a mudança relevante que ocorreu, de fato, nos *stakeholders*. E, somente para essas mudanças identificadas como relevantes é que se busca um equivalente monetário. A monetização não é o foco em si, mas sim a identificação da mudança. É importante reforçar que o *SROI* busca medir um valor que não é monetário, para então associar um valor monetário. É uma metodologia que busca dar objetividade a um impacto subjetivo, e assim auxiliar na compreensão e mensuração desse impacto.

O método especifica passos necessários e conceitos que devem ser seguidos para a realização de uma avaliação desta natureza. A tabela abaixo resume os estágios e princípios da metodologia *SROI*.

Os estágios da avaliação <i>SROI</i>	Os princípios <i>SROI</i>
a. Estabelecer o escopo e definir os <i>stakeholders</i>	Envolver os <i>stakeholders</i>
b. Mapear os resultados	Entender o que mudou
c. Identificar os resultados e atribuir valores	Atribuir valor ao que importa
d. Demonstrar o impacto	Incluir apenas o que é material
e. Calcular o <i>SROI</i>	Evitar superestimar os resultados
f. Reportar, utilizar e incorporar	Ser transparente
	Verificar o resultado

Fonte: Guia *SROI*

A avaliação *SROI* gera muito mais do que um número: a metodologia busca retratar a história da mudança. E, na busca pela história de como a mudança foi gerada, mede-se o impacto social, ambiental e econômico de um projeto ou programa. Seu objetivo principal é gerar informações que apoiem decisões, trazendo dados qualitativos, quantitativos e monetários para o processo decisório.

A avaliação *SROI* permite um diálogo mais direto entre o investidor, que compreende melhor a linguagem econômica, com o empreendedor e gestor, que naturalmente tem um olhar voltado às questões socioambientais que motivaram o programa ou projeto. Este diálogo pode ser muito importante para que empresas, fundações e institutos sem fins lucrativos possam estimar seu impacto social nos balanços, fomentando uma cultura de prestação de contas e valorização da contribuição de uma organização para a sociedade onde está inserida. Empresas

como a Holcim, na Índia⁸, e a British Telecom, na Inglaterra⁹, desenvolveram relatórios que apresentam o impacto que geram na sociedade.

Outras metodologias de avaliação do impacto social surgiram nos últimos anos, como é o caso dos modelos de avaliação que focam em medir melhoria no bem-estar de populações¹⁰. A tradução em termos monetários do impacto social se mostra cada vez mais importante na comunicação de resultados e do uso de recursos financeiros para fins socioambientais, promovendo a transparência e gerando o aumento de credibilidade das organizações. O *SROI* tem o potencial de se tornar uma metodologia das mais utilizadas no setor sem fins lucrativos, e também pelas empresas, auxiliando na comunicação de resultados e ressaltando a importância e impacto das ações sociais no desenvolvimento da sociedade.

Uma experiência brasileira¹¹

Recentemente, esta metodologia foi aplicada pela primeira vez na avaliação de um programa brasileiro, o Programa Valorizando uma Infância Melhor (VIM), desenvolvido pela Fundação Lucia e Pelerson Penido (FLUPP)¹² no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo, Brasil). Esta avaliação foi conduzida por uma equipe composta de um economista, um gestor e um analista de projetos sociais, e especialistas em pesquisa na área social. Também contou com o apoio de profissionais da área de educação nas questões relativas a este tema.

O Programa VIM busca melhorar as condições de atendimento da população da primeira infância em municípios selecionados no Vale do Paraíba e tem 5 eixos de atuação:

1. Formação de educadores de crianças de 0 a 5 anos de idade;
2. Concepção e implantação de diretrizes municipais para a Educação Infantil;
3. Investimento em infraestrutura local para a Educação Infantil;

⁸ http://www.holcim.com/uploads/CORP/Holcim_IPL_Final2.pdf

⁹ <https://www.btplc.com/Betterfuture/ConnectedSociety/Creatingpossibilities/Valueofdigitalinclusion/Digital-Inclusion-SROI.pdf>

¹⁰ Trotter, L; Vine, J; Leach, M; Fujiwara, D. *Measuring the Social Impact of Community Investment: A Guide to using the Wellbeing Valuation*, HACT, London, 2014

¹¹ Para conhecer a pesquisa entrar em www.idis.org.br

¹² <http://flupp.org.br/projetos.htm>

4. Formação de lideranças locais para gestão e elaboração de projetos comunitários voltados ao fortalecimento da participação dos pais na educação de seus filhos pequenos;
5. Financiamento de projetos comunitários locais elaborados e propostos pelas lideranças capacitadas.

Esses eixos consolidam um entendimento da FLUPP de que a melhoria ou mudança das oportunidades para a criança em sua primeira infância implica na melhoria dos espaços de educação infantil, melhoria dos profissionais que atuam junto à criança, melhor entendimento das autoridades públicas locais sobre a importância dessa fase na vida da criança, e a importância de diretrizes municipais e de financiamento para projetos gerados pelas lideranças locais.

A avaliação foi conduzida no município de Roseira, uma das cidades onde o programa foi implantado entre os anos de 2011 e 2014, e focou nos itens 1, 4 e 5, eixos cujas atividades já estavam finalizadas. A avaliação teve como objetivos principais:

- Compreender o impacto do Programa VIM através de uma avaliação que demonstre a efetividade do investimento da FLUPP;
- Apoiar o planejamento estratégico e o processo de tomada de decisões da FLUPP quanto aos desdobramentos e continuidade do Programa VIM;
- Auxiliar a identificação de potenciais pontos de aprimoramento e focos prioritários do Programa VIM.

A utilização da metodologia *SROI* permitiu que os objetivos acima fossem atingidos de forma estruturada e transparente.

***SROI* Passo a Passo**

O primeiro passo no desenvolvimento da avaliação *SROI* consiste no estabelecimento do escopo de trabalho e na identificação dos *stakeholders*, que são os beneficiários do projeto ou programa que serão foco da avaliação. O escopo se resume à explicitação dos limites da avaliação e é resultado da análise do que é passível de mensuração a partir dos recursos disponíveis e dos objetivos do estudo.

Este estágio é importante para definir as prioridades e assegurar a viabilidade do processo.

Os *stakeholders* são definidos como os indivíduos ou organizações que experimentaram a mudança. Para identificá-los é importante listar todos os que foram afetados pelas atividades definidas no escopo da avaliação e analisar se o resultado foi positivo, negativo, intencional ou não intencional e, mais importante, se a mudança foi material¹³. Apenas os *stakeholders* que sofreram mudança material devem ser considerados na avaliação.

A partir destas definições, podemos identificar quais as mudanças que devem ser medidas, possibilitando a construção pelos próprios *stakeholders* de uma Teoria de Mudança que resulta do projeto ou programa, ou seja, a lógica ou modelo sobre como a intervenção contribuiu para certos resultados.

A Teoria da Mudança, que começou a ser concebida no início da década de 1980, é uma forma colaborativa de planejamento, voltada para promover transformação social. Consiste em uma ferramenta utilizada para tentar desenvolver soluções para problemas sociais complexos.

Sua metodologia consiste em, primeiro, identificar os problemas que devem ser solucionados. Depois, definir quais impactos decorrentes da resolução destes problemas e, por fim, as ações que devem ser realizadas para efetivar estes impactos. Dessa maneira, pode ser entendida como uma metodologia que orienta os empreendedores e investidores sociais a concretizar o seu objetivo último – mudança social.

Para os empreendedores sociais torna-se necessário um mapeamento dos requisitos e condições imprescindíveis para atingir os objetivos a que se propõe, e que permite desenvolver indicadores para medir os progressos e resultados, avaliando assim o desempenho da sua iniciativa de mudança. Com esses elementos, o empreendedor se aproxima de investidores sociais que se convencem de que o empreendimento é plausível, conhecem os riscos envolvidos, e investem.

¹³ O termo “material” empregado aqui não tem o sentido físico (de “matéria”), mas sim o sentido usualmente aplicado nas Ciências Contábeis, onde “material” significa “o que realmente importa, o que é relevante” e o que de fato afeta o resultado.

Estes investidores, por sua vez,, buscam acompanhar a avaliação dos processos, resultados e impactos.

Um empreendedor social usa o modelo teórico de mudança como um pensamento que orientará o conjunto da sua ação para alcançar com sucesso os seus objetivos. Assim, a teoria da mudança deve ser submetida a uma validação empírica e a uma demonstração do seu impacto social. Para tanto a hipótese deve ser explicitada com clareza, buscar uma mudança que seja plausível, e que seja utilizada na avaliação de impacto.

Porém, o programa ou projeto pode gerar impactos não previstos, ou explicitados. O método permite que os grupos de interesse que ativamente participaram do programa ou projeto possam identificar a teoria de mudança percebida, e o projeto executado, bem como os impactos que ele causou. Esta redefinição é crítica para o processo avaliativo que busca medir impactos que transformam a população alvo: pessoas, comunidades e a própria sociedade.

Na Teoria de Mudança do Programa VIM a visão do futuro é que *toda criança esteja preparada para ingressar no Ensino Fundamental*. A Teoria de Mudança do Programa VIM desenvolvida junto aos *stakeholders* confirmou esta visão do futuro e, o resultado de longo prazo do Programa que é *toda criança tem um desenvolvimento inicial adequado na Educação Infantil*. É um dos princípios da metodologia envolver os *stakeholders* na definição da Teoria de Mudança.

As pré-condições definidas como necessárias para se atingir o resultado de longo prazo desejado foram as seguintes:

Pré-Condição 1: Família engajada e consciente da importância da sua participação no desenvolvimento integral da criança.

Pré-Condição 2: Professores, monitores e berçaristas bem formados.

Pré-Condição 3: Política pública consistente (Diretrizes Municipais de Educação Infantil).

Pré-Condição 4: Integração dos Agentes do Sistema Municipal para a promoção de desenvolvimento integral das crianças pequenas.

Pré-Condição 5: Infraestrutura adequada na Educação Infantil.

Para cada pré-condição foram identificadas uma ou mais atividades do programa para os grupos de interesse (*stakeholders*) significativamente afetados, que foram os educadores, familiares e crianças de 0 a 5 anos.

Outros *stakeholders* foram identificados no processo, mas como o impacto nestes grupos não foi considerado material, não participaram no processo avaliativo.

A coleta de dados

A etapa da coleta de dados é de grande importância. A escolha de amostras representativas e de um processo isento são cuidados necessários para uma coleta de dados confiáveis. Existem várias técnicas de coleta de dados de comprovada eficácia e a definição de que técnica usar para cada dado a ser coletado deve considerar os recursos e tempo disponíveis, bem como o propósito da avaliação. Antes de iniciar o trabalho de campo, o projeto foi exaustivamente analisado, por meio de leituras de materiais, entrevistas com a equipe do projeto e com os representantes do município mais envolvidos, e levantamento de dados sobre a educação infantil na região.

A primeira etapa de coleta de dados em campo da avaliação do Programa VIM consistiu na realização de grupos focais e entrevistas, técnica utilizada com o objetivo de levantar as mudanças percebidas e relatadas pelos próprios *stakeholders*.

Os indicadores que evidenciam os resultados acima listados a serem medidos foram também construídos a partir das informações coletadas, de maneira que pudessem capturar o tamanho e a intensidade da mudança vivenciada por esses grupos durante os 4 anos de Programa.

Uma vez definidos os *stakeholders* e os indicadores do processo avaliativo, a aplicação da metodologia *SROI* para medir o impacto social de um programa prevê uma série de outros passos, descritos a seguir:

1. Medir a incidência dos resultados: o quanto de mudança ocorreu. Quando construímos a Teoria de Mudança e coletamos as informações qualitativas,

identificamos os indicadores que evidenciam a mudança em cada tipo de resultado. Esses indicadores têm uma dupla finalidade:

- a) medir a cobertura da população em foco (por exemplo, quantos indivíduos dentro de um grupo de interesse experimentaram a mudança), e
- b) medir a “distância percorrida” desde o início da intervenção (programa), ou seja, a magnitude ou intensidade com que a mudança aconteceu para aqueles que a experimentaram.

Para medir a mudança efetivamente vivenciada pelos *stakeholders* em comparação com o que estava previsto na Teoria de Mudança, foram aplicados os questionários mencionados para cada um dos grupos de interesse:

- a) Familiares de crianças de 4 a 5 anos: respondendo por eles e por seus filhos de 4 ou 5 anos (crianças que vivenciaram o Programa VIM em seus quatro anos de intervenção);
- b) Educadores - Professores, monitores ou berçaristas de crianças de 0 a 3 anos: respondendo sobre sua própria vivência no Programa VIM;
- c) Educadores - Professores de crianças de 4 e 5 anos: respondendo por eles e por crianças (de 4 a 5 anos) sorteadas da listagem de suas classes.

A coleta destes dados quantitativos foi realizada por meio de questionários que incorporam termos e frases com que os participantes se identificam, para melhorar seu entendimento e propiciar respostas mais próximas de suas experiências.

2. O próximo passo consiste em medir o impacto, ou seja, ajustar a incidência do resultado que foi verificada no passo anterior, tomando o cuidado de excluir:

- a) a mudança que teria acontecido de qualquer forma, mesmo na ausência do programa.
- b) a parcela da mudança que pode ter sido provocada por outros atores/projetos/organizações e não somente pelo programa.
- c) os efeitos advindos de outro local causados por impacto não intencional, e que podem ter se instalado neste local.

Na prática, esse cálculo é influenciado pelo contexto no qual a análise é aplicada assim como pelas informações disponíveis. O propósito dessa etapa é evitar que se considere como impacto da intervenção resultados que não poderiam ser atribuídos

a ela, ou que teriam acontecido de qualquer forma e não como causa daquela intervenção.

É uma etapa importante para garantir que não se reivindique para o programa um resultado que talvez não possa ser integralmente atribuído a ela, mas às circunstâncias do momento, do contexto. Ou seja, a finalidade dessa etapa é “calibrar” o impacto, de modo que corresponda exclusivamente ao efeito do programa. Esse cuidado reflete um dos princípios da metodologia *SROI*. Os ajustes necessários são:

- “contrafactual”: avaliação da quantidade de mudança que teria acontecido mesmo sem a intervenção (programa). Isso requer a definição do que seria um cenário dentro do esperado.
- “atribuição”: definir o percentual de toda a mudança que foi alavancado diretamente pela intervenção e/ou pela contribuição de uma organização envolvida no programa. Ou seja, o quanto da mudança pode ser, de fato, atribuído àquele programa, àquela intervenção, excluindo-se o que pode ter mudado por efeito de outras intervenções que tenham ocorrido simultaneamente e tenham sido capitaneadas por outras organizações.
- “deslocamento”: avaliar o tamanho da mudança (já descontados os ajustes de contrafactual e atribuição) que pode ser considerado como “benefício líquido”, ou seja, um novo benefício, e não como resultado do deslocamento de benefício ou mudança ocorrido em um outro lugar. Importante ressaltar que o deslocamento pode envolver tanto efeitos positivos como efeitos negativos.

No caso do Programa VIM, o “contrafactual” foi identificado por meio de perguntas no questionário aplicado aos *stakeholders* e variaram de um desconto de 33% a 44% de acordo com a mudança medida. Além deste desconto, 25% de desconto foi aplicado para contrabalancear o fato de que as pessoas tendem a responder positivamente sobre uma intervenção que beneficiou suas crianças. Este é um desconto opcional e é chamado de viés de “lembrança” (*recall bias*).

Em relação à “atribuição”, não foi necessário incluir este desconto porque não foram encontradas outras organizações atuando no tema na região (esta informação foi checada com os *stakeholders*). E, por fim, não foram identificados impactos

negativos que possam ter se deslocado para outro local, nem tampouco impactos positivos provenientes de outros locais/região, não sendo necessário a aplicação do ajuste de “deslocamento”.

3. O passo a seguir consiste em definir e atribuir valores financeiros *proxy*. Esse processo é geralmente chamado de “valoração social e/ou ambiental”, no qual estima-se um valor monetário a ser atribuído aos impactos socioambientais. Tais impactos, embora plenos de valor para a sociedade, não apresentam um “preço de mercado”.

Em geral, os preços dos bens são ajustados pela dinâmica do mercado. Assim, eles indicam aproximadamente o valor que os bens representam para as pessoas. Ou seja, são “aproximações” (*proxies*) do valor que vendedor e comprador estabelecem consensualmente em uma transação. Esses valores podem ser diferentes conforme participantes e o contexto.

Alguns bens podem ter seu preço mais facilmente definido e de modo mais consensual do que outros. Por exemplo, o preço de um quilo de farinha é muito mais facilmente estabelecido pelo mercado do que o preço de uma casa. No caso da casa, haverá um leque maior de possibilidades de preço dependendo do valor que pessoas diferentes possam atribuir-lhe. Desta forma, pode-se dizer que qualquer valor atribuído é subjetivo. O que o mercado faz, em última instância, é reunir pessoas cujas atribuições de valor a um determinado bem se aproximam. Se uma pessoa atribui valor a um bem e encontra uma outra pessoa que concorda com esse valor, é provável que seja efetivada uma transação entre estas duas pessoas. Caso não houver acordo, a venda não acontece. Essa “coincidência” de atribuição de valor entre as pessoas (no mercado) é chamada de “definição de preço”.

Chegar a uma definição de preço para o valor social seria um processo semelhante, porém a diferença é que tais valores não são comercializados no mercado, portanto o processo de “definição de preço” que naturalmente emerge da dinâmica do mercado não acontece para valores sociais. Mas isso não significa que eles não tenham um valor real para as pessoas.

Nesse contexto, seria possível encontrar um valor que, embora não exato, seja suficientemente adequado para ajudar a avaliar a mudança social?

A avaliação *SROI* usa *proxies* financeiros para estimar o valor social de bens que não são comercializáveis para diferentes grupos de pessoas (*stakeholders*). Assim como duas pessoas podem discordar a respeito do preço de um bem que seja o objeto de uma transação, assim também diferentes *stakeholders* poderão ter percepções diferentes a respeito do valor atribuído a alguns benefícios. Ou seja, o valor atribuído é subjetivo, e pode ser diferente conforme o grupo em questão. Ao estimar esse valor através de *proxies* financeiros e combinar essas valorações, chega-se à estimativa do valor social total criado por uma intervenção. Mas é importante ressaltar que a avaliação *SROI* parte do princípio de que a metodologia busca valorar impactos que são intangíveis, ou seja, são estimativas da realidade. A criação de valor total que resulta de uma intervenção é calculada pela combinação da incidência dos resultados (o volume, o tamanho da mudança) com os valores monetários atribuídos a estas mudanças unitárias, definidos através desses *proxies* financeiros.

Também se mostrou necessária a coleta de dados para a definição das *proxies* (aproximações financeiras para o impacto socioambiental). Para tanto, foram realizados dois exercícios com grupos focais - “*Willingness To Pay*” (WtP) e “*Choice Experiment* (ChE)” - respectivamente para educadores e familiares. O “*Willingness-to-pay Exercise*” (“exercício de disposição a pagar”) busca identificar quanto uma pessoa está disposta a pagar por algum bem ou serviço. No “*Choice Experiment*” (“experimento de escolha”), as pessoas definem condições essenciais para se alcançar um determinado objetivo (por exemplo, uma vida melhor) e debatem qual seria a hierarquia de importância entre elas, ou seja, qual a mais importante em primeiro lugar, em segundo lugar, e assim por diante. Depois dessa hierarquização, elas atribuem um valor monetário aos itens materiais que porventura estejam presentes na lista. Esse valor passa a ser o valor de “ancoragem” para as condições não materiais que estariam hierarquicamente acima desse item material.

Os valores-*proxy* disponíveis no Brasil são escassos. Por essa razão e para esta avaliação decidiu-se derivar empiricamente alguns dos *proxies* monetários relativos aos resultados-chave recomendados pela Social Value UK e outros avaliadores que

adotam este método. As explicações para cada uma destas metodologias para coleta de dados podem ser encontradas no Manual *SROI*¹⁴.

No caso deste projeto, esta foi uma das etapas mais difíceis devido à falta de dados secundários no Brasil. Algumas *proxies* foram identificadas por meio de grupos focais, conforme descrito anteriormente, e outras foram definidas a partir de dados secundários e checadas em entrevistas com especialistas em educação infantil.

4. O próximo passo é definir o “período de benefício”. A valoração de cada resultado provocado pelo programa corresponde a um período de um ano, ou seja, o valor social que foi criado ao longo de um ano. Entretanto, impacto e mudança podem durar por mais tempo, não só durante a implantação, mas também depois que a intervenção se encerra. Assim, a avaliação *SROI* estabelece um período de benefício, definido como a extensão de tempo pela qual os benefícios associados à intervenção (programa) irão durar. Esse período é influenciado pela duração das atividades ou por outros fatores externos. Os efeitos podem durar por longo tempo, mas vão se reduzindo gradualmente, ou seja, a cada ano, observam-se os efeitos, mas de modo menos intenso, até que desapareçam. Essa tendência de “esvaziamento” dos resultados, pela qual os efeitos vão desaparecendo, chama-se “*drop-off*”. É uma medida aproximada, em geral sob a forma de percentual, pela qual os efeitos vão se perdendo ao longo dos anos. Evidentemente, só faz sentido a aplicação dessa medida em resultados cujo período de benefício supera 1 ano.

A taxa de “*drop-off*”, ou seja, o quanto os resultados vão se perdendo ano após ano, foi considerada em 50%. A cada ano, portanto, metade do valor do ano anterior é considerado. Desse modo, os efeitos do programa vão se diluindo à medida que as crianças ingressam no Ensino Fundamental I.

Ao considerar esses descontos sobre o impacto medido, a metodologia busca aproximar-se ao máximo da realidade e não sobrevalorizar o impacto de um projeto ou programa. Cada um dos descontos deve ser testado na análise de sensibilidade para a confirmação de sua relevância na avaliação do programa. A análise de sensibilidade é de grande importância para testar as premissas adotadas na avaliação.

¹⁴ http://socialvalueuk.org/component/docman/cat_view/29-the-guide-to-social-return-on-investment/229-the-guide-in-english-us-edition?Itemid=362

5. A seguir, finalmente, benefícios e custos são financeiramente “descontados” para que representem o valor presente. Todos os benefícios assim como a carga de custos incorridos no horizonte futuro (se existir) devem ser ajustados para representar seu valor em termos presentes. Isso é feito aplicando-se uma taxa de desconto sobre todos os custos e benefícios futuros. É importante ter consistência na definição da taxa de desconto atentando ao período do modelo a ser trazido a valor presente e se a inflação deve ou não ser considerada. Esta taxa é a que traz a valor presente (Valor Presente Líquido) o benefício social monetizado que se estende ao longo do horizonte de tempo do Período de Benefício.

Para a definição da taxa de desconto, foram analisados títulos de mercado que representassem a remuneração do capital caso o recurso não fosse empregado nesta intervenção. Nesta avaliação a taxa de desconto utilizada reflete a remuneração de um título pós-fixado sem considerar o indicador de inflação já que os valores do modelo ao longo do tempo não foram ajustados por nenhum índice inflacionário.

Por fim, adotou-se como taxa de desconto o rendimento real das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B). Estes títulos são emitidos pelo governo brasileiro e tem sua rentabilidade vinculada à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acrescida de juros definidos no momento da compra deste título.

É importante notar que o valor dos custos inclui não apenas o valor investido pela FLUPP, mas também valores adicionais investidos pelo governo local e outros atores, como por exemplo as horas dos professores disponibilizadas para participação no treinamento, espaço físico, etc.

Resultado e considerações finais

A avaliação *SROI* para o Programa VIM em Roseira estimou que R\$ 4,08 foi gerado em valor social para cada R\$ 1,00 investido no programa.

Apesar de não ser possível comparar diretamente o coeficiente *SROI* do Programa VIM com outras intervenções já realizadas na área de desenvolvimento infantil, os

valores calculados em outros programas em outras partes do mundo sugerem que os resultados obtidos no Programa VIM são muito positivos. Os valores identificados de outras avaliações variam de 1.12 a 7 vezes o valor investido¹⁵.

Como parte da avaliação, análises de sensibilidade foram conduzidas com as variáveis que fizeram parte da avaliação. As análises de sensibilidade permitem conhecer o impacto da variação de cada variável do modelo e a construção das relações de interdependência entre elas. Os valores resultantes da análise de sensibilidade mostram que o impacto do programa se encontra entre 2.04 e 6.21 vezes o valor investido. Estas análises demonstraram que o programa tem um impacto positivo e que as crianças foram as mais impactadas pela intervenção, constituindo o grupo de beneficiários mais importante do programa.

Um outro dado importante é apresentado se somarmos os valores presentes líquidos para cada beneficiário. As crianças, que é o grupo prioritário, é o grupo mais beneficiado pelo programa, reforçando o potencial estratégico da intervenção.

O Programa VIM, além de apresentar retorno relevante como outras iniciativas que focam na primeira infância, apresentou evidências importantes de como este tipo de investimento é eficiente e de como é valiosa a avaliação de impacto. Já existem estudos científicos que comprovam a fundamental importância dos primeiros anos de vida de um indivíduo, mas poucas avaliações de impacto de projetos sociais demonstram o retorno deste tipo de investimento para o investidor de forma objetiva. Um maior número de projetos avaliados pela metodologia *SROI* pode contribuir para dar atrair ainda mais investimento para esta área ou outras áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Certamente o impacto gerado por investimentos desta natureza é significativo e pode alavancar o potencial de nações ou regiões que, ao promover o desenvolvimento integral do indivíduo desde o início de sua vida, aumentam as possibilidades de aproveitamento do potencial produtivo de seus cidadãos, o que contribui de forma decisiva com o desenvolvimento do país ou região. O Brasil apresenta grandes avanços nesta temática, mas ainda há muito por fazer, e a avaliação de impacto pode ser um grande aliado na defesa desta e de outras causas prioritárias para o país.

¹⁵ Melhuish, 2004; Van der Gaag & Tan, 1998; Kaytaz, 2004

Os resultados desta avaliação retrataram em que medida as intervenções foram eficientes e a forma como os resultados são percebidos por cada grupo de interesse (*stakeholders*). Além disso, a análise das informações apresentadas na avaliação auxiliou a organização a identificar maneiras de maximizar o impacto dos recursos investidos (financeiro ou não-financeiro). De fato, por meio de um processo avaliativo que combina métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa, foi possível analisar quais fatores, intrínsecos e extrínsecos ao Programa VIM, dificultam ou promovem o sucesso do programa. A avaliação confirmou o impacto gerado pelo programa e fortaleceu o desejo da gestão da FLUPP de expandi-lo a outras localidades.

Referências Bibliográficas

- KAYTAZ, M. “*A Cost Benefit Analysis of Preschool Education in Turkey*”, Mother Child Education Foundation. Boğaziçi University, Istanbul, 2004.
- MELHUISE, E.C., SAMMONS, P., SIRAJ-BLATCHFORD, I. and TAGGART, B. “*The Effective Provision of Pre-School Education (EPPE) Project: Technical Paper 12 - The Final Report: Effective Pre-School Education*”. DfES / Institute of Education, University of London, London, 2004.
- VAN DER GAAG, J & Tan, J-P. “*The Benefits of Early Childhood Development Programmes: An Economic Analysis*”. The World Bank, Washington, 1998.
- TROTTER, L; Vine, J; Leach, M; Fujiwara, D. *Measuring the Social Impact of Community Investment: A Guide to using the Wellbeing Valuation*, HACT, London, 2014.
- OTERO, M.R. (org.). *Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil*. Editora Peirópolis, São Paulo, 2012.
- Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Move (org.). *Avaliação para o investimento social privado: metodologias*. Fundação Santillana, Rio de Janeiro, 2013.
- Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Move (org.). *A relevância da avaliação para o investimento social privado*. Fundação Santillana, São Paulo, 2012.

PAES DE BARROS, R, e LIMA, L in MENEZES, N. (org.). *Avaliação econômica de projetos sociais*. Fundação Itaú Social, São Paulo, 2012.

NOTCUTT, K. and RACTLIFFE, T. *The narrative of impact – it's not just the numbers*. Alliance Magazine, London, 2012.

Grantcraft Guides. *Mapping change: Using a theory of change to guide planning and evaluation*. Foundation Center, New York, 2006.

IBGE, IPEA, ABONG e GIFE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) no Brasil - 2010*, GIFE, São Paulo, 2012.

The SROI Network publication. *A guide to Social Return On Investment – SROI.*, 2012. Disponível em: http://socialvalueuk.org/component/docman/cat_view/29-the-guide-to-social-return-on-investment/229-the-guide-in-english-us-edition?Itemid=362. Acesso em 06 de março de 2016.